

Município de Morada Nova
ESTADO DO CEARÁ

LDO

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Nº 1.710 / 2015

Ano de Referência: 2016



SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA
GABINETE DO PREFEITO



LEI Nº 1.710, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MORADA NOVA. Faço saber que a Câmara Municipal de Morada Nova aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. São Estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º da Constituição Federal, no art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária do Município para o exercício financeiro de 2016, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da administração pública Municipal;
- II - a estrutura e organização dos orçamentos;
- III - os recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinadas ao Poder Legislativo, compreendidas os créditos adicionais;
- IV - as diretrizes gerais para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V - as disposições sobre receitas públicas municipais e alterações na legislação tributária;
- VI - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VII - das disposições sobre a dívida pública municipal;
- VIII - das metas e riscos fiscais;
- IX - as disposições finais.

CAPÍTULO I
PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL



SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA
GABINETE DO PREFEITO



Art. 2º. As metas e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2016 serão as especificadas no anexo que integra o PPA de 2014-2017, as quais terão precedência de recursos na Lei Orçamentária Anual, mas não se constituem em limite à programação das despesas.

§ 1º. As metas e prioridades constantes no anexo de que trata este artigo possui caráter apenas indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o processo de planejamento municipal, podendo, a lei orçamentária anual atualizá-las.

§ 2º. Na elaboração da proposta orçamentária para 2016, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas de acordo com identificação constante do PPA 2014-2017, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

CAPÍTULO II

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º. O projeto de lei orçamentária do Município, relativo ao exercício de 2016 deve assegurar os princípios da justiça, incluída a tributária, de controle social e de transparência na elaboração e execução do orçamento, observando o seguinte:

I - o princípio da justiça social implica assegurar, na elaboração e na execução do orçamento, projetos e atividades que possam reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões do Município, bem como combater a exclusão social;

II - o princípio de controle social implica assegurar a todos os cidadãos a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento; e

III - o princípio da transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização de meios disponíveis para garantir o real acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 4º. Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos da Fazenda Municipal.

Art. 5º. Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Diretriz: o conjunto de princípios que orienta a execução do Programa de Governo;

Avenida Manoel Castro, 726 – Centro - Fone: (88)3422.1381 – (88) 3422 1463

CNPJ 07.782.840/0001-00 - CEP 62.940-000 - Morada Nova – CE.

E-mail: gabinetedoprefeito_moradanova.ce@hotmail.com

site: www.moradanova.ce.gov.br



SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA
GABINETE DO PREFEITO



II - Programa: o instrumento de organização da atuação governamental visando à realização dos objetivos pretendidos, sendo definido por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

III - Atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de maneira contínua e permanente, resultando em um produto necessário à manutenção da ação de governo;

IV - Projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resultam um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação governamental;

V - Operação especial: despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo das quais não resulta um período e não geram contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - Modalidade de Aplicação: a especificação da forma de aplicação dos recursos orçamentários; e

VII - Unidade Orçamentária: o menor nível de classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional.

§ 1º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir seus objetivos sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º. Cada projeto, atividade e operação especial identificará a função e a sub função às quais de vincula.

Art. 6º. A mensagem do Poder Executivo que encaminhar o projeto de lei orçamentária à Câmara Municipal, no prazo previsto no art. 42, § 5º da Constituição Estadual, será composta de:

I - texto da lei;

II - quadros orçamentários consolidados e anexos do orçamento fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei;

III - demonstrativos estatísticos de previsão de receita;



SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA
GABINETE DO PREFEITO



IV – demonstrativo de previsão do Resultado Primário;

V - discriminação da legislação da receita referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social.

Parágrafo único. Integrarão os anexos e quadros orçamentários consolidados a que se refere este artigo, os exigidos pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 7º. O orçamento fiscal e da seguridade social discriminarão as despesas por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, até os níveis das categorias econômicas, grupos de natureza da despesa e modalidades de aplicação, indicando ainda as fontes de recursos.

§ 1º. A classificação funcional programática seguirá o disposto na Portaria nº 042, de 14/04/1999, do Ministério de Orçamento e Gestão.

§ 2º. Os programas, classificadores da ação governamental, pelos quais os objetivos da administração se expressam, serão aqueles constantes do Plano Plurianual 2014-2017.

§ 3º. Na indicação do grupo de despesa, a que se refere o *caput* deste artigo, será obedecida a seguinte classificação, de acordo com a Portaria Interministerial nº 163/01, da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal, e suas alterações posteriores:

I - Pessoal e Encargos Sociais (1);

II - Juros e Encargos da Dívida (2);

III - Outras despesas correntes (3);

IV - Investimentos (4);

V - Inversões Financeiras (5);

VI - Amortizações da Dívida (6).

§ 4º. A reserva de contingência prevista nesta lei será identificada pelo dígito "9" no que se refere às categorias econômicas, aos grupos de natureza de despesa, às modalidades de aplicação e aos elementos de despesas.

Art. 8º. A lei orçamentária discriminará em categorias de programação específicas, as dotações destinadas:



SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA
GABINETE DO PREFEITO



- I - às ações descentralizadas de saúde, assistência social e Educação;
- II - atendimento de ações de alimentação escolar;
- III - ao pagamento de precatórios judiciais;
- IV - ao cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor; e
- V - despesas classificadas como operações especiais.

CAPÍTULO III
DOS RECURSOS CORRESPONDENTES ÀS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
DESTINADAS AO PODER LEGISLATIVO, COMPREENDIDAS OS CRÉDITOS
ADICIONAIS.

Art. 9º. Para fins do disposto neste capítulo, o Poder Legislativo Municipal encaminhará ao Poder Executivo até 20(vinte) dias do prazo previsto no § 5º, art. 42, da Constituição Estadual, sua respectiva proposta orçamentária, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária anual, observadas as disposições desta lei.

Art. 10. O Poder Legislativo do Município terá como limite de despesas em 2016, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, a aplicação do percentual definido pelo art. 29-A da Constituição da República, que será calculado sobre a receita tributária e de transferências do Município, auferida em 2015, acrescidos dos valores relativos aos inativos e pensionistas.

§ 1º. Para efeitos do cálculo a que se refere o *caput* deste artigo, considerar-se-á a receita efetivamente arrecadada até o último mês anterior ao do encerramento do prazo para a entrega da proposta orçamentária no Legislativo, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

§ 2º. Ao término do exercício será levantada a receita efetivamente arrecadada para fins de repasse ao Legislativo, ficando estabelecidas as seguintes alternativas em relação à base de cálculo utilizada para a elaboração do orçamento:

- I - caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares inferiores aos previstos, o Legislativo indicará as dotações a serem contingenciadas ou utilizadas para a abertura de créditos adicionais no Poder Executivo;
- II - caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares superiores aos previstos, prevalecerá como limite o valor fixado pelo Poder Legislativo.

Art. 11. Para os efeitos do art. 168 da Constituição da República os
Avenida Manoel Castro, 726 – Centro - Fone: (88)3422.1381 – (88) 3422 1463
CNPJ 07.782.840/0001-00 - CEP 62.940-000 - Morada Nova – CE.
E-mail: gabinetedoprefeito_moradanova.ce@hotmail.com
site: www.moradanova.ce.gov.br



SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA
GABINETE DO PREFEITO



recursos correspondentes às dotações orçamentárias da Câmara Municipal, inclusive os oriundos de créditos adicionais, serão entregues até o dia 20 de cada mês, de acordo com o cronograma de desembolso a ser elaborado pelo Poder Legislativo, observados os limites anuais sobre a receita tributária e de transferências de que trata o art. 29-A da Constituição da República, efetivamente arrecadada no exercício de 2015, ou, sendo esse valor superior ao orçamento do Legislativo, o limite de seus créditos orçamentários.

Art. 12. O repasse financeiro relativo aos créditos orçamentários e adicionais será feito diretamente em conta bancária indicada pelo Poder Legislativo.

Art. 13. A Execução orçamentária do legislativo será independente mas integrada ao executivo para fins de contabilização.

Parágrafo único. Se não for possível a integração dos sistemas contábeis a Câmara Municipal enviará até o dia 5 do mês subsequente, a demonstração da execução orçamentária e contábil do mês e até o mês anterior para fins de integração à contabilidade geral do Município.

CAPÍTULO IV
DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS
ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária para 2016 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada um dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados fiscais previstos na Lei Complementar nº 101/2000, visando ao equilíbrio orçamentário-financeiro.

§ 1º. Para atender ao art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000, os Poderes Legislativo e Executivo deverão elaborar e publicar, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2016, programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, observando, em relação às despesas constantes no mesmo, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

§ 2º. Para o efetivo cumprimento da transparência da gestão fiscal de que trata o **caput** deste artigo, o Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Planejamento Finanças, deverá manter atualizado endereço eletrônico, de livre acesso a todo o cidadão, com os dados e as informações descritas no art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000.



SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA
GABINETE DO PREFEITO



Art. 15. No projeto de lei orçamentária anual, as receitas e as despesas serão orçadas a preços correntes, estimados para o exercício de 2016, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar as dotações já previstas em até oitenta por cento do valor total da receita fixada, utilizando-se como fonte de recurso, os destinados no parágrafo primeiro artigo quarenta e três da lei numero quatro mil trezentos e vinte de dezessete de maço de mil novecentos de sessenta e quatro.

Art. 16. O orçamento do Município para o exercício de 2016 será elaborado visando garantir a gestão fiscal equilibrada dos recursos públicos e a viabilização da capacidade própria de investimentos.

Art. 17. Na proposta orçamentária não poderão ser destinados recursos para atender despesas com:

I - ações que não sejam de competência exclusiva do Município ou comuns ao Município, à União e ao Estado, ou com ações em que a Constituição Federal não estabeleça obrigação do Município em cooperar técnica e/ou financeiramente; e

II - clubes, associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, excetuados:

- a) Os centros filantrópicos de educação infantil;
- b) As associações de pais e mestres das escolas municipais;
- c) Entidades sem fins lucrativos.

Art. 18. Somente serão destinados recursos mediante projeto de lei orçamentária, a título de subvenção social, às entidades nas áreas de educação, saúde e assistência social para atendimento das despesas de custeio, conforme disposto no § 3º do art. 12 e nos arts. 16 e 17 da Lei Federal nº 4.320/64, que preencham as seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita e continuada, nas áreas de assistência social, saúde ou educação;

II - possuam Título de Utilidade Pública;

III - estejam registradas nos conselhos estaduais de Assistência Social, de Saúde ou de Educação, dependendo da área de atuação da entidade; e

IV - sejam vinculadas a organismos de natureza filantrópica, institucional ou assistencial.

Art. 19. Fica autorizada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de "auxílios" e "contribuições" para entidades

Avenida Manoel Castro, 726 – Centro - Fone: (88)3422.1381 – (88) 3422 1463

CNPJ 07.782.840/0001-00 - CEP 62.940-000 - Morada Nova – CE.

E-mail: gabinetedoprefeito_moradanova.ce@hotmail.com

site: www.moradanova.ce.gov.br



SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA
GABINETE DO PREFEITO



privadas sem lucrativos e desde que seja:

I - de atendimento a atividades educacionais, saúde, assistenciais, culturais, de meio ambiente ou desportiva;

II - signatárias de contrato de gestão com a Administração Pública Municipal;

III - consórcios intermunicipais, constituídos por lei e exclusivamente por entes públicos;

IV - qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.

Art. 20. O projeto de lei orçamentária anual autorizará o Poder Executivo, nos termos da Constituição Federal, a:

I - transpor, remanejar ou transferir recurso, dentro de uma mesma categoria de programação, nos termos do inciso VI, art. 167, da Constituição Federal.

§ 1º. A suplementação prevista no inciso I deste artigo destina-se a cobrir insuficiência de saldo de projetos, atividades e/ou operações especiais que necessitem de reforço orçamentário.

§ 2º. A suplementação orçamentária através do recurso previsto no inciso II, § 1º, art. 43 da Lei 4.320/64, poderá ser realizada até o total do montante do excesso de arrecadação apurado.

§ 3º. O Excesso de arrecadação provocado pelo recebimento de recursos de convênios não previstos no orçamento, ou previsto a menor, poderão ser utilizados como fontes para abertura de créditos adicionais especiais ou suplementares, por ato do Executivo Municipal, prevista na Lei Orçamentária para o ano de 2016.

§ 4º. O excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º da Lei nº 4.320/1964 será apurado em cada fonte de recurso para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos arts. 8º parágrafo único e 50, inciso I, da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 5º. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um elemento econômico para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, não compreenderá o limite previsto no artigo quinze, e inciso I desta lei, ficando o chefe do poder executivo autorizado a suplementar as dotações já previstas em até oitenta por cento do valor total da receita fixada, utilizando – se como fonte de recurso, os definidos no parágrafo primeiro, artigo quarenta e três, de

Avenida Manoel Castro, 726 – Centro - Fone: (88)3422.1381 – (88) 3422 1463

CNPJ 07.782.840/0001-00 - CEP 62.940-000 - Morada Nova – CE.

E-mail: gabinetedoprefeito_moradanova.ce@hotmail.com

site: www.moradanova.ce.gov.br



SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA
GABINETE DO PREFEITO



lei quatro mil trezentos e vinte e sete de março de mil novecentos e sessenta e quatro.

Art. 21. A Lei Orçamentária Anual conterá Reserva De Contingência, limitados até cinco por cento da Receita Corrente Líquida prevista para o ano de 2016, a qual será utilizada para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme disposições contidas na letra "b" do inciso III do art. 5º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 1º. Para efeito desta lei, entende-se como eventos e riscos fiscais imprevistos, entre outros, as despesas necessárias ao funcionamento e manutenção dos serviços públicos e da estrutura da Administração Pública Municipal, não orçada ou orçada a menor e as decorrentes de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais, imprescindíveis às necessidades do poder público.

§ 2º. De acordo com o parágrafo anterior e conforme definido no *caput* deste artigo, a Reserva de Contingência poderá ser destinada para servir de fonte compensatória na abertura de créditos adicionais, de acordo com o inciso III, § 1º, art. 43, da Lei nº 4.320/64.

Art. 22. As alterações do Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD – nos níveis de modalidade de aplicação, elemento de despesa e fonte de recurso, observados os mesmos grupos de despesas, categoria econômica, projeto/atividade/operação especial e unidade orçamentária, poderão ser realizados par atender às necessidades de execução.

Parágrafo único. O Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, será detalhado em nível de elemento de despesa e alterado por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal e por Decreto-legislativo do Presidente da Câmara Municipal no âmbito do Poder Legislativo ou mediante portaria dos Secretários Municipais das Unidades Gestoras mediante delegação de competência do Prefeito Municipal.

Art. 23. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme o disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivado por decreto do Poder Executivo.

SEÇÃO II DAS TRANSFERÊNCIAS ÀS PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS

Art. 24. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atender necessidades de pessoas físicas, através dos programas instituídos de assistência social, saúde, agricultura, desporto, turismo e educação, desde que aprovada pelo respectivo conselho municipal.

Art. 25. A transferência de Recursos públicos para pessoas jurídicas,

Avenida Manoel Castro, 726 – Centro - Fone: (88)3422.1381 – (88) 3422 1463

CNPJ 07.782.840/0001-00 - CEP 62.940-000 - Morada Nova – CE.

E-mail: gabinetedoprefeito_moradanova.ce@hotmail.com

site: www.moradanova.ce.gov.br



SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA
GABINETE DO PREFEITO



além das condições fiscais previstas no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, quando for o caso, deverá ser autorizada por lei específica e, ainda, atender a uma das seguintes condições:

I - a necessidade deve ser momentânea e recair sobre entidade cuja ausência de atuação do Poder Público possa justificar a sua extinção com repercussão social grave no Município, ou, ainda, representar prejuízo para o município.

II - incentivo fiscal para a instalação e manutenção de empresas industriais, comerciais e de serviços, nos termos do que dispuser lei municipal.

III - no que se refere à concessão de empréstimos destinados a pessoas físicas e jurídicas, estes ficarão condicionados, além de pagamentos de encargos financeiros e juros não inferiores a 12% ao ano, ou ao custo da captação, nos termos do que dispõe o art. 27 da Lei Complementar nº 101/2000:

- a) Destinação de recursos através de fundo rotativo;
- b) Formalização de contrato;
- c) Aprovação de projeto pelo Poder Público;
- d) Acompanhamento da execução;
- e) Prestação de contas.

SEÇÃO III

DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO FISCAL

Art. 26. O orçamento fiscal estimará as receitas efetivas e potenciais de recolhimento e fixarão as despesas dos Poderes Legislativo e Executivo, bem como as de seus Órgãos, Autarquias, Fundação e Fundos Municipais, de modo a evidenciar as políticas e programas do governo, respeitados os princípios da unidade, da universalidade, da anualidade e da exclusividade.

Art. 27. Na estimativa da receita e na fixação da despesa do orçamento fiscal serão considerados:

- I - os fatores conjunturais que possam vir a influenciar a produtividade;
- II - o aumento ou a diminuição dos serviços prestados e a tendência do exercício; e
- III - as alterações tributárias, conforme disposições constantes nesta lei.

SEÇÃO IV

DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL



SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA
GABINETE DO PREFEITO



Art. 28. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e contará, dentre outros, com os recursos provenientes:

I - das receitas diretamente arrecadadas pelas entidades que integram exclusivamente o orçamento de que trata esta seção;

II - de transferência de contribuição do Município;

III - de transferências constitucionais;

IV - de transferência de convênios.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA PÚBLICA MUNICIPAL
E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

SEÇÃO I
DA PREVISÃO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 29. As receitas abrangerão a receita tributária, a receita patrimonial, as diversas receitas admitidas em lei e as parcelas transferidas pela União e pelo Estado, nos termos da Constituição Federal, e de acordo com a classificação definida pela Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001.

Parágrafo único. As receitas previstas para o exercício de 2016 serão calculadas acrescidas do índice inflacionário previsto nos últimos doze meses, mais a tendência e comportamento da arrecadação municipal mês a mês e a expectativa de crescimento vegetativo, além da média ponderada dos últimos três exercícios financeiros, conforme demonstrativo estatístico de previsão de receitas anexa, que é parte integrante desta lei.

Art. 30. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária anual poderão ser considerados os efeitos de alterações na legislação tributária promovidas pelos Governos Federal e Estadual, ou por projeto de lei municipal que vier a ser aprovado.

Art. 31. Na previsão da receita orçamentária, serão observados:

I - as normas técnicas e legais;

II - os efeitos das alterações na legislação;

III - as variações de índices de preço;



SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA
GABINETE DO PREFEITO



IV - o crescimento econômico do País.

Art. 32. O Poder Executivo Municipal colocará à disposição do Poder Legislativo, no mínimo trinta dias antes do prazo final par encaminhamento da proposta orçamentária, as estimativas das receitas para o exercício de 2016, incluindo-se a corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo, conforme disposto no § 3º, art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000.

SEÇÃO II
DAS ALTERAÇÕES DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 33. O Poder Executivo poderá enviar à Câmara Municipal, projetos de Leis dispendo sobre as alterações da legislação tributária do município, objetivando principalmente:

I - ajustar a legislação tributária vigente aos novos ditames impostos pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município;

II - adequar a tributação em função das características próprias do Município e em razão das alterações que vêm sendo processadas no contexto da economia nacional;

III - dar continuidade ao processo de modernização e simplificação do sistema tributário municipal;

IV - atingir as metas dos resultados fiscais previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 34. Na estimativa das receitas deverão ser consideradas, ainda, as modificações da legislação tributária do Município, cabendo à Administração o seguinte:

I - a atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;

II - a expansão do número de contribuintes;

III - a atualização do cadastro imobiliário fiscal.

Art. 35. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos na Dívida Ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no § 3º do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

SEÇÃO III
DA RENÚNCIA DE RECEITA



SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA
GABINETE DO PREFEITO



Art. 36. Caso haja a necessidade de concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, esta deverá ser demonstrada juntamente com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro para o ano 2016 e os dois exercícios seguintes.

§ 1º. As situações previstas no *caput* deste artigo para a concessão de renúncia de receita deverão atender a uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo Poder Executivo Municipal que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária anual, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas pelo Município;

II - estar acompanhada de medidas de compensação no ano de 2015 e nos dois seguintes, por meio de aumento de receita, proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributos e contribuições.

§ 2º. A renúncia de receita prevista no parágrafo anterior compreende a anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 37. No exercício de 2016, as despesas com pessoal, ativo e inativo, dos Poderes Legislativo e Executivo observarão os limites estabelecidos na Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000 e legislação municipal em vigor.

Parágrafo único. A despesa total com pessoal não poderá ultrapassar, em percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício anterior, acrescida de até 12% (doze por cento), se esta for inferior aos limites definidos na forma do art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 38. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, inclusive reajustes, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos Poderes Executivo e Legislativo, somente serão admitidos:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas com pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - se observados os limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000); e

Avenida Manoel Castro, 726 – Centro - Fone: (88)3422.1381 – (88) 3422 1463

CNPJ 07.782.840/0001-00 - CEP 62.940-000 - Morada Nova – CE.

E-mail: gabinetedoprefeito_moradanova.ce@hotmail.com

site: www.moradanova.ce.gov.br



SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA
GABINETE DO PREFEITO



III - se observada a margem de expansão das despesas de caráter continuado.

Art. 39. O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou da validade dos contratos.

Parágrafo único. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, no efeito do *caput* deste artigo, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade, na forma de regulamento;

II - não seja inerente a categorias funcionais abrangidas por planos de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinta, total ou parcialmente; e

III - não caracterizem relação direta de emprego.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 40. A Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2016 poderá conter autorização para contratação de Operação de Crédito para atendimento à despesa de Capital, observado o limite de endividamento apurado até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, conforme exigências constantes nos arts. 30, 31 e 32 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 41. A contratação de Operações de Crédito dependerá de autorização legislativa em lei específica, consoante art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 42. Ultrapassado o limite de endividamento definido no art. 40 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações restringidas nesta lei.

Art. 43. É vedada a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos adicionais suplementares ou especiais com finalidade específica.



SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA
GABINETE DO PREFEITO



CAPÍTULO VIII
DAS METAS E RISCOS FISCAIS

Art. 44. É parte integrante desta lei, o Anexo de Metas Fiscais, onde estão estabelecidas as metas anuais, em valores constantes e correntes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública para o exercício 2016 e os dois seguintes.

§ 1º. O Anexo de metas fiscais será composto pelos seguintes demonstrativos, conforme modelos definidos pela Portaria nº 471, de 31.08.2004, da Secretaria do Tesouro Nacional:

I - Demonstrativo I – Metas Anuais;

II - Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

III - Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

IV - Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;

V - Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

VI - Demonstrativo VI – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS;

VII - Demonstrativo VII – Estimativa de Compensação da Renúncia de Receita;

VIII - Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

§ 2º. Integra também esta lei o Anexo de Riscos Fiscais, onde são avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas municipais, onde acompanha o Demonstrativo de Riscos e Providências definido pela Portaria STN nº 470, de 31.08.2004.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 45. Os valores constantes do Anexo de Metas E Prioridades, devem ser vistos como indicativos e, para tanto, ficam admitidas variações de forma a adequar a trajetória que as determine até o envio do projeto de lei orçamentária de 2016 ao Legislativo Municipal.



SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA
GABINETE DO PREFEITO



Art. 46. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa no âmbito dos sistemas de orçamento, programação financeira e contabilidade, que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de recursos orçamentários.

Art. 47. Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção do Prefeito Municipal até 31 de dezembro de 2015, fica autorizada a execução da proposta orçamentária em cada mês, até o limite de 1/12 de cada dotação, na forma da proposta remetida à Câmara Municipal, enquanto a respectiva lei não for sancionada.

§ 1º. A utilização dos recursos autorizados neste artigo será considerada como antecipação de Créditos à conta da lei orçamentária anual.

§ 2º. Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao projeto de lei de orçamento na Câmara Municipal e do procedimento previsto neste artigo serão reajustados por Decreto do Poder Executivo Municipal, após sanção da lei orçamentária, por intermédio da abertura de créditos suplementares ou especiais, mediante remanejamento de dotações orçamentárias.

§ 3º. Não se incluem no limite previsto no *caput* deste artigo, podendo ser movimentadas sem restrições, as dotações para atender despesas como:

I - pessoal e encargos sociais;

II - serviços da dívida;

III - pagamento de compromissos correntes nas áreas de saúde, educação e assistência social;

IV - categorias de programação cujos recursos sejam provenientes de operações de crédito ou de transferências Voluntárias da União e do Estado;

V - categorias de programação cujos recursos correspondam à contrapartida do Município em relação àqueles recursos previstos no inciso anterior.

Art. 48. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar as metas estabelecidas, os Poderes Executivo e Legislativo de forma proporcional às suas dotações adotarão o mecanismo de limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas:

I - redução de gastos com combustíveis para a frota de veículos;

II - racionalização dos gastos com diárias e viagens;

Avenida Manoel Castro, 726 – Centro - Fone: (88)3422.1381 – (88) 3422 1463

CNPJ 07.782.840/0001-00 - CEP 62.940-000 - Morada Nova – CE.

E-mail: gabinetedoprefeito_moradanova.ce@hotmail.com

site: www.moradanova.ce.gov.br



SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA
GABINETE DO PREFEITO



III - eliminação de possíveis vantagens concedidas à servidores;

IV - redução de investimentos programados (aquisição de equipamentos e máquinas em geral);

V - contingenciamento das dotações para material de consumo e outros serviços das diversas atividades;

VI - eliminação de despesas com horas extras;

VII - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

VIII - exoneração de servidores ocupantes de cargos comissionados.

§ 1º. Não serão objeto de limitação de empenhos as despesas que representem obrigações constitucionais e legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, incluindo-se as despesas com pessoal e encargos sociais.

§ 2º. Na limitação de empenho observar-se-á a restrição menos onerosa, em obediência ao princípio da razoabilidade.

Art. 49. Para fins de cumprimento do art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000, fica o Município autorizado a firmar convênio ou congêneres, com a União ou o Estado, com vistas:

I - ao funcionamento de serviços bancários e de segurança pública;

II - a possibilitar o assessoramento técnico aos produtores rurais do Município;

III - à utilização conjunta, no Município, de máquinas e equipamentos de propriedade do Estado ou União;

IV - a cessão de servidores para o funcionamento de órgãos ou entidades no município.

Art. 50. Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000:

I - Considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congêneres; e



SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA
GABINETE DO PREFEITO



II - no caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da Administração Pública, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 51. Os Poderes Executivo e Legislativo ficam autorizados a firmar convênios de cooperação técnica com entidades privadas voltadas para a defesa do municipalismo e da preservação da autonomia municipal, podendo repassar auxílios financeiros para as mesmas.

Art. 52. A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar os custos de cada ação governamental.

Art. 53. Entendem-se, para efeito do § 3º, do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, como despesa irrelevante, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Art. 54. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 55. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO DO GOVERNO MUNICIPAL DE MORADA NOVA, em 15 de junho de 2015.


GLAUBER BARBOSA CASTRO
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Morada Nova

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
II - DESPESAS
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS	EXECUTADA		ORÇAM.		PREVISÃO	
	2013	2014	2015	2016	2017	2018
DESPESAS CORRENTES (I)	89.288.001,24	103.627.122,88	110.576.150,31	113.893.434,82	118.448.172,22	124.371.630,83
Pessoal e Encargos Sociais	55.676.985,76	57.025.364,65	57.003.537,30	58.713.643,42	61.062.189,16	64.115.298,62
Transferência a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas	55.676.985,76	57.025.364,65	57.003.537,30	58.713.643,42	61.062.189,16	64.115.298,62
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	33.611.015,48	46.601.757,43	53.572.613,01	55.179.791,40	57.386.983,06	60.256.332,21
Transferência da União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas com Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Multigovernamentais Nacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas	33.611.015,48	46.601.757,43	53.572.613,01	55.179.791,40	57.386.983,06	60.256.332,21
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL (II)	3.331.583,75	7.302.943,10	8.462.870,00	8.716.756,10	9.065.426,34	9.518.697,65
Investimentos	1.974.139,19	5.989.733,72	7.304.900,00	7.524.047,00	7.825.008,88	8.216.259,32
Transferências a União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas com Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Multigovernamentais Nacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas	1.974.139,19	5.989.733,72	7.304.900,00	7.524.047,00	7.825.008,88	8.216.259,32
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	1.357.444,56	1.313.209,38	1.157.970,00	1.192.709,10	1.240.417,46	1.302.438,33
Aplicações Diretas	1.357.444,56	1.313.209,38	1.157.970,00	1.192.709,10	1.240.417,46	1.302.438,33
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA (III)	0,00	0,00	402.000,00	414.060,00	430.622,40	452.153,52

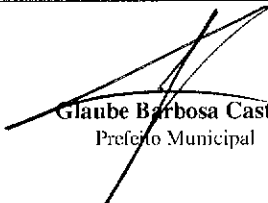
Prefeitura Municipal de Morada Nova

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
II - DESPESAS
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO DE NATUREZA DE DESPESAS	EXECUTADA		ORÇAMA		PREVISTAS	
	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Total	92.619.594,99	110.930.065,18	119.441.020,31	123.024.250,32	127.945.220,96	134.342.482,00

Morada Nova-CE, 8 de Abril de 2015


Glaube Barbosa Castro
Prefeito Municipal


Etcam- Escritório Tec.contábil
Contador


Alda Andrade Silva Chagas
Secretaria Adjunta

Prefeitura Municipal de Morada Nova

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido

2016

AMF - Tabela 4 (LRF, ar. 4º, §2º, inciso III)

(R\$)

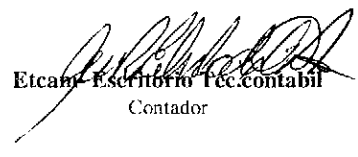
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	21.195.591,99	100,00	17.934.908,21	100,00	17.322.072,61	100,00
TOTAL	21.195.591,99	100,00	17.934.908,21	100,00	17.322.072,61	100,00


Notas:

Ativo real líquido.

Morada Nova-CE, 8 de Abril de 2015


Glaube Barbosa Castro
Prefeito Municipal


Etcarli - Escritório Tec. Contabil
Contador


Alda Andrade Silva Chagas
Secretaria Adjunta

Prefeitura Municipal de Morada Nova

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de

Caráter Continuado

2016

AMF - Tabela 9 (LRF, Lei 14º, §2º, inciso V)

(R\$)

EVENTOS	2016
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesas (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I + II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC Geradas Pelas PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V)=(III - IV)	0,00

Notas:

Sistema de Contabilidade. Unidade Responsável: Secretaria de Finanças.s.

1.A expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado deverá preservar as metas de resultado fiscal previstas e o equilíbrio entre receitas e despesas

Morada Nova-CE, 8 de Abril de 2015

Glaube Barbosa Castro
Prefeito Municipal

Ficam - Escritório Tec. Contabil
Contador

Alda Andrade Silva Chagas
Secretaria Adjunta

Município de Morada Nova - Consolidado

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo I - Metas Anuais
2016

AMF - Tabela 1 (LRF, art. 4º, §1º)

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	2016			2017			2018		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100
Receita Total	123.024.250,92	116.500.237,61	0,130	127.945.220,95	115.467.690,00	0,132	134.342.481,99	115.489.690,79	0,136
Receitas Primárias (I)	121.868.178,92	115.405.472,46	0,129	126.742.906,07	114.382.627,80	0,131	133.080.051,37	114.404.421,86	0,134
Despesa Total	123.024.250,92	116.500.237,61	0,130	127.945.220,96	115.467.690,00	0,132	134.342.482,00	115.489.690,80	0,136
Despesas Primárias (II)	121.831.541,82	115.370.778,24	0,129	126.704.803,50	114.348.241,09	0,131	133.040.043,67	114.370.028,59	0,134
Resultado Primário (III)=(I-II)	36.637,10	34.694,22	0,000	38.102,57	34.386,71	0,000	40.007,70	34.393,27	0,000
Resultado Nominal	-914.616,59	-866.114,20	-0,001	-1.182.904,13	-1.067.544,43	-0,001	-1.419.484,96	-1.220.283,24	-0,001
Dívida Pública Consolidada	27.729.452,90	26.258.951,61	0,029	26.620.274,78	24.024.200,46	0,028	25.289.261,04	21.740.322,90	0,026
Dívida Consolidada Líquida	29.572.603,26	28.004.359,15	0,031	28.389.699,13	25.621.066,22	0,029	26.970.214,17	23.185.381,49	0,027
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota:

- O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2016	2017	2018
PIB real (crescimento % anual)	1,54	2,20	2,37
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	12,50	11,60	11,60
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	2,90	3,10	3,20
Inflação média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação	5,60	4,93	4,98
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares	94.703.000.000,00	96.787.000.000,00	99.080.000.000,00

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2016	2017	2018
Valor Corrente / 1,0560	Valor Corrente / 1,1081	Valor Corrente / 1,1632

Morada Nova-CE, 8 de Abril de 2015

Glauber Barbosa Castro
Prefeito Municipal

Elciane Escritório Tec. Contábil
Contador

Alda Andrade Silva Chagas
Secretaria Adjunta

ESTADO DO CEARÁ
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior
 2016

AMF - Tabela 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	I - Metas Previstas 2014 (a)	% PIB	II - Metas Realizadas 2014 (b)	% PIB	Variação (II - I)	
					Valor (c) = (b - a)	% (c/a) x 100
Receita Total	112.481.423,00	0,122	107.153.001,54	0,116	-5.328.421,46	-4,73
Receitas Primárias (I)	112.481.423,00	0,122	106.122.112,83	0,115	-6.359.310,17	-5,65
Despesa Total	112.481.423,00	0,122	110.930.065,18	0,120	-1.551.357,82	-1,37
Despesas Primárias (II)	112.481.423,00	0,122	109.616.855,80	0,119	-2.864.567,20	-2,54
Resultado Primário (III)=(I - II)	0,00	0,000	-3.494.742,97	-0,004	-3.494.742,97	0,00
Resultado Nominal	2.785.731,76	0,003	2.541.163,51	0,003	-244.568,25	-8,77
Dívida Pública Consolidada	29.287.967,67	0,032	29.287.967,67	0,032	0,00	0,00
Dívida Consolidada Liquida	30.397.599,71	0,033	30.397.599,71	0,033	0,00	0,00

Nota:


PIB Estadual Previsto e Realizado para 2014

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previsão do F 3 Estadual para 2014	92.343.000.000,00
Valor efetivo(realizado) do PIB Estadual para 2014	92.343.000.000,00

Morada Nova-C 3, 8 de Abril de 2015


 Glaube Barbosa Castro
 Prefeito Municipal


 Ercan
 Escritório Tec.consabil
 Contador


 Aida Andrade Silva Chagas
 Secretaria Adjunta

Município de Morada Nova - Consolidado

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores
2016

AMF - Tabela 3 (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2013	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	
Receita Total	94.383.711,40	107.153.001,56	13,5	119.441.020,31	11,5	123.024.250,92	3,0	127.945.220,95	4,0	134.342.461,92	5,0	
Receitas Primárias (I)	93.743.106,39	106.122.112,83	13,2	118.318.620,31	11,5	121.868.178,92	3,0	126.742.906,07	4,0	133.080.051,37	5,0	
Despesa Total	92.619.584,99	110.930.065,18	19,8	119.441.020,31	7,7	123.024.250,92	3,0	127.945.220,96	4,0	134.342.482,00	5,0	
Despesas Primárias (II)	91.262.140,43	109.616.855,80	20,1	118.283.050,31	7,9	121.831.541,82	3,0	126.704.803,50	4,0	133.040.043,67	5,0	
Resultado Primário (III)=(I - II)	2.480.965,96	-3.494.742,97	-240,9	35.570,00	0,0	36.637,10	3,0	38.102,57	4,0	40.007,70	5,0	
Resultado Nominal	399.036,70	2.541.163,51	536,8	89.620,14	-96,5	-914.616,59	-1120,5	-1.182.904,13	29,3	-1.419.484,96	20,0	
Dívida Pública Consolidada	24.732.459,69	29.287.967,67	18,4	28.587.064,85	-2,4	27.729.452,90	-3,0	26.620.274,78	-4,0	25.289.261,04	-5,0	
Dívida Consolidada Líquida	27.856.436,20	30.397.599,71	9,1	30.487.219,85	0,3	29.572.603,26	-3,0	28.389.699,13	-4,0	26.970.214,17	-5,0	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2013	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	
Receita Total	107.132.638,41	114.300.106,74	6,7	119.441.020,31	4,5	116.500.237,61	-2,5	115.467.690,00	-0,9	115.489.690,79	0,0	
Receitas Primárias (I)	106.405.503,36	113.200.457,76	6,4	118.318.620,31	4,5	115.405.472,46	-2,5	114.382.627,80	-0,9	114.404.421,86	0,0	
Despesa Total	105.130.221,74	118.329.100,53	12,6	119.441.020,31	0,9	116.500.237,61	-2,5	115.467.690,00	-0,9	115.489.690,80	0,0	
Despesas Primárias (II)	103.589.419,68	116.928.300,08	12,9	118.283.050,31	1,2	115.370.778,24	-2,5	114.348.241,09	-0,9	114.370.028,59	0,0	
Resultado Primário (III)=(I - II)	2.816.083,68	-3.727.842,33	-232,4	35.570,00	0,0	34.694,22	-2,5	34.386,71	-0,9	34.393,27	0,0	
Resultado Nominal	452.936,78	2.710.659,12	498,5	89.620,14	-96,7	-866.114,20	-1066,4	-1.067.544,43	23,3	-1.220.283,24	14,3	
Dívida Pública Consolidada	28.073.209,05	31.241.475,11	11,3	28.587.064,85	-8,5	26.258.951,61	-8,1	24.024.200,46	-8,5	21.740.322,90	-9,5	
Dívida Consolidada Líquida	31.619.158,25	32.425.119,61	2,5	30.487.219,85	-6,0	28.004.359,15	-8,1	25.621.066,22	-8,5	23.185.381,49	-9,5	

Nota:

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

ÍNDICES DE INFLAÇÃO					
2013	2014	2015	2016*	2017*	2018*
5,91	6,41	6,67	5,60	4,93	4,98
VALORES DE REFERÊNCIA					
Valor Corrente x 1,1351	Valor Corrente x 1,0667	Valor Corrente x 1,0000	Valor Corrente / 1,0560	Valor Corrente / 1,1081	Valor Corrente / 1,1632

* Inflação Média (% anual) projetada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE

Morada Nova-CE, 8 de Abril de 2015

Glaube Barbosa Castro
Prefeito Municipal

Eleani Escritório Tec.contabil
Contador

Alda Andrade Silva Chagas
Secretaria Adjunta

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
2016**

RECEITAS REALIZADAS	2011	2012	2013
RECEITAS CONCORRENTES	6.295.293,89	3.607.842,09	6.105.674,58
Receita de Contribuições	5.806.826,66	2.939.843,25	5.883.498,15
Pessoal Civil	5.778.168,75	2.930.591,94	5.856.816,59
Pessoal Militar	-	-	-
Outras Contribuições Previdenciárias	-	-	-
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	28.657,91	9.251,31	26.681,56
Receita Patrimonial	484.796,48	641.177,62	220.834,05
Outras receitas Correntes	3.670,75	26.821,22	1.342,38
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS PELO RPPS	-	-	-
Contribuição Patronal do Exercício	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
Contribuição Patronal de Exercícios Anteriores	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
REPASSES PREVID. PARA COBERTURA DE DEFICIT	-	-	-
OUTROS APORTES AO RPPS	-	-	-

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2011	2012	2013
ADMINISTRAÇÃO GERAL	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-
PREVIDENCIA SOCIAL	4.021.617,11	5.011.131,55	5.981.040,26
Pessoal Civil	4.021.617,11	5.011.131,55	5.981.040,26
Pessoal Militar	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-
Compensação Prev. d. de aposent. RPPS e RGPS	-	-	-
Compensação Prev. d. de Pensão entre RPPS e RGPS	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS	6.326.753,26	4.986.770,94	5.137.115,61

Município de Morada Nova - Consolidado

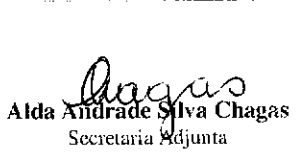
ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	(R\$)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	21.777.174,70	24.732.459,69	29.287.967,67	28.587.064,85	27.729.452,90	26.620.274,78	25.289.261,04	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	21.777.174,70	24.732.459,69	29.287.967,67	28.587.064,85	27.729.452,90	26.620.274,78	25.289.261,04	
DEDUÇÕES (II)	-5.680.224,80	-3.123.976,51	-1.109.632,04	-1.900.155,00	-1.843.150,36	-1.769.424,35	-1.680.953,13	
Ativo Disponível	2.831.347,22	6.261.769,39	3.730.366,23	5.038.688,56	4.887.527,90	4.692.026,78	4.457.425,44	
Haveres Financeiros	770.124,68	1.360.717,17	1.632.715,25	1.315.266,85	1.275.808,84	1.224.776,49	1.163.537,67	
(-) Restos a Pagar	9.281.696,70	10.746.463,07	6.472.713,52	8.254.110,41	8.006.487,10	7.686.227,62	7.301.916,24	
Dívida Consolidada Líquida	27.457.399,50	27.856.436,20	30.397.599,71	30.487.219,85	29.572.603,26	28.389.699,13	26.970.214,17	

Morada Nova-CE, 8 de Abril de 2015


Glaube Barbosa Castro
Prefeita Municipal


Elcimar Escrivão
Contador


Alda Andrade Silva Chagas
Secretaria Adjunta

Prefeitura Municipal de Morada Nova

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos
2016

AMF - Tabela 5 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

(R\$)

RECEITAS REALIZADAS	2014 (a)	2013 (b)	2012 (c)
RECEITA DE CAPITAL			
Receita de Alienação de Ativos			
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00


DESPESAS REALIZADAS	2014 (d)	2013 (e)	2012 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS			
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regimes Próprios dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (III) = (I - II)	(g)=((Ia-IId)+IIh)	(h)=((Ib-Ile)+IIIi)	(i)=(Ic - IIj)
	0,00	0,00	0,00

Notas:

Não houve alienação de ativos nos períodos correspondente.

Morada Nova, CE, 8 de Abril de 2015


Glaube Barbosa Castro
Prefeito Municipal


Ezequiel Escribano
Téc. Contábil


Alda Andrade Silva Chagas
Secretaria Adjunta

Prefeitura Municipal de Morada Nova

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
I - RECEITAS
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	APROVADA		ORÇADA		DE VISÃO	
	2013	2014	2015	2015	2017	2018
RECEITAS CORRENTES	93.376.661,18	104.717.333,09	118.441.020,31	121.994.250,92	126.874.020,95	133.217.721,99
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.474.569,19	3.298.335,76	2.979.500,00	3.068.885,00	3.191.640,40	3.351.222,42
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	6.946.823,77	7.337.694,67	7.470.337,00	7.694.447,11	8.002.224,99	8.402.336,24
RECEITA PATRIMONIAL	640.605,01	1.030.888,71	1.062.400,00	1.094.272,00	1.138.042,88	1.194.945,02
RECEITA DE SERVIÇOS	4.726.805,80	5.729.425,56	4.885.000,00	5.031.550,00	5.232.812,00	5.494.452,60
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	84.830.825,07	92.540.295,08	110.153.783,31	113.458.396,81	117.996.732,68	123.896.569,31
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	828.170,44	2.453.697,08	1.073.000,00	1.105.190,00	1.149.397,60	1.206.867,48
RECEITAS DE CAPITAL	1.007.050,22	2.435.668,45	1.000.000,00	1.030.000,00	1.071.200,00	1.124.760,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	60.000,00	61.800,00	64.272,00	67.485,60
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.007.050,22	2.435.668,45	940.000,00	968.200,00	1.006.928,00	1.057.274,40
DÉDUÇÕES DA RECEITA DE TRANSF. CORRENTES	-7.071.138,10	-7.673.003,77	-9.183.000,00	-9.458.490,00	-9.836.829,60	-10.328.671,08
Total	94.383.711,40	107.153.001,54	119.441.020,31	123.024.250,92	127.945.220,95	134.342.481,99

Morada Nova-CE, 8 de Abril de 2015

Glaube Barbosa Castro
Prefeito Municipal

Deiane G. Scritorio
Téc. Contábil

Alda Andrade Silva Chagas
Secretaria Adjunta

Prefeitura Municipal de Morada Nova

Relação das Receitas

Código	Descrição	Grau	
1000.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	1	S
1100.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	2	A
1200.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2	A
1300.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	2	A
1400.00.00.00	RECEITA AGROPECUÁRIA	2	A
1500.00.00.00	RECEITA INDUSTRIAL	2	A
1600.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	2	A
1700.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2	A
1900.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2	A
2000.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	1	S
2100.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2	A
2200.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	2	A
2300.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	2	A
2400.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2	A
2500.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	2	A
7000.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	1	S
7100.00.00.00	RECEITAS TRIBUTÁRIA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2	A
7200.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIB. INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2	A
7300.00.00.00	RECEITAS PATRIMONIAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2	A
7400.00.00.00	RECEITAS AGROPECUÁRIA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2	A
7500.00.00.00	RECEITAS INDUSTRIAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2	A
7600.00.00.00	RECEITAS DE SERVIÇOS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2	A
7900.00.00.00	OUTRAS REC. CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2	A
8000.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	1	S
8100.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2	A
8200.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2	A
8300.00.00.00	AMORTIZ. DE EMPRÉSTIMO INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2	A
8500.00.00.00	OUTRAS REC. DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2	A
9000.00.00.00	DEDUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES	1	S
9700.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA DE TRANSF. CORRENTES	2	A

Prefeitura Municipal de Morada Nova

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita
2016

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, §2º, inciso V)

(R\$)

Tributo	Modalidade	RETOR, PROGRAMA / BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA / REVISTA			COMPENSAÇÃO
			2016	2017	2018	
			0,00	0,00	0,00	
TOTAL			0,00	0,00	0,00	


Notas:

Não há previsão de renúncia de Receita para o Período Correspondente.

Morada Nova-CE, 8 de Abril de 2015


Glaube B. Castro
Prefeito Municipal


Eleanir - Escritório Tec. Contabil
Contador


Alda Andrade Silva Chagas
Secretaria Adjunta

Município de Morada Nova - Consolidado

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
IV - RESULTADO NOMINAL
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	24.732.459,69	29.287.967,67	28.587.064,85	27.729.452,90	26.620.274,78	25.289.261,04
DEDUÇÕES (II)	-3.123.976,51	-1.109.632,04	-1.900.155,00	-1.843.150,36	-1.769.424,35	-1.680.953,13
Ativo Disponível	6.261.769,39	3.730.366,23	5.038.688,56	4.887.527,90	4.692.026,78	4.457.425,44
Haveres Financeiros	1.360.717,17	1.632.715,25	1.315.266,85	1.275.808,84	1.224.776,49	1.163.537,67
(-) Restos a Pagar Processados	10.746.463,07	6.472.713,52	8.254.110,41	8.006.487,10	7.686.227,62	7.301.916,24
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	27.856.436,20	30.397.599,71	30.487.219,85	29.572.603,26	28.389.699,13	26.970.214,17
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	27.856.436,20	30.397.599,71	30.487.219,85	29.572.603,26	28.389.699,13	26.970.214,17
Resultado Nominal	(b - a*) 399.036,70	(c - b) 2.541.163,51	(d - c) 89.620,14	(e - d) -914.616,59	(f - e) -1.182.904,13	(g - f) -1.419.484,96

Notas:

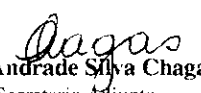
- O cálculo da Metas Anuais relativas ao resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional.

* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2012(R\$27.457.399,50)

Morada Nova-CE, 8 de Abril de 2015


Glaube Barbosa Castro
Prefeita Municipal


Elicam - Escritório Tec. Contabil
Contador


Alda Andrade Silva Chagas
Secretaria Adjunta

Município de Morada Nova - Consolidado

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
III - RESULTADO PRIMÁRIO
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	2013	2014	2015	2016	2017	2018
RECEITAS CORRENTES (I)	93.376.661,16	104.717.333,09	118.441.020,31	121.994.250,92	126.874.020,95	133.217.721,99
RECEITAS CORRENTES (EXCETO INTRA)	93.376.661,16	104.717.333,09	118.441.020,31	121.994.250,92	126.874.020,95	133.217.721,99
Receitas Tributárias	2.474.569,19	3.299.025,79	2.979.500,00	3.068.385,00	2.191.040,40	3.351.222,42
Receita de Contribuição	6.946.823,77	7.337.694,67	7.470.387,00	7.694.447,11	8.002.224,99	8.402.136,24
Receita Patrimonial	640.605,01	1.030.888,71	1.062.400,00	1.094.272,00	1.138.042,88	1.194.945,02
Aplicações Financeiras (II)	640.605,01	1.030.888,71	1.062.400,00	1.094.272,00	1.138.042,88	1.194.945,02
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	4.726.805,80	5.729.425,56	4.885.000,00	5.031.550,00	5.232.812,00	5.494.452,60
Transferências Correntes	84.830.825,07	92.540.295,08	110.153.783,31	113.458.396,81	117.996.732,68	123.896.569,31
Outras Receitas Correntes	828.170,44	2.453.697,08	1.073.000,00	1.105.190,00	1.149.397,60	1.206.867,48
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	92.736.056,17	103.686.444,38	117.378.620,31	120.899.978,92	125.735.978,07	132.022.776,97
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	1.007.050,22	2.435.668,45	1.000.000,00	1.030.000,00	1.071.200,00	1.124.760,00
Operações de Crédito (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (VI)	0,00	0,00	60.000,00	61.800,00	64.272,00	67.485,60
Amortizações de Empréstimos (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	1.007.050,22	2.435.668,45	940.000,00	968.200,00	1.006.928,00	1.057.274,40
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Fiscais de Capital (VIII) = (IV - V - VI - VII)	1.007.050,22	2.435.668,45	940.000,00	968.200,00	1.006.928,00	1.057.274,40
RECEITAS NÃO-FINANCEIRAS (OU RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS) (IX) = (III + VIII)	93.743.106,39	106.122.112,83	118.318.620,31	121.868.178,92	126.742.906,07	133.080.051,37
RECEITA TOTAL	94.383.711,40	107.153.001,54	119.441.020,31	123.024.250,92	127.945.220,95	134.342.481,99
DESPESAS CORRENTES (X)	89.288.001,24	103.627.122,08	110.576.150,31	113.893.434,82	118.449.172,22	124.371.630,83
Pessoal e Encargos Sociais	55.676.985,76	57.025.364,65	57.003.537,30	58.713.643,42	61.062.189,16	64.115.298,62
Juros e Encargos da Dívida (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	33.611.015,48	46.601.757,43	53.572.613,01	55.179.791,40	57.386.983,06	60.256.332,21
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI)	89.288.001,24	103.627.122,08	110.576.150,31	113.893.434,82	118.449.172,22	124.371.630,83
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	3.331.583,75	7.302.943,10	8.462.870,00	8.716.756,10	9.065.426,34	9.518.697,65
Investimentos Inversões	1.974.139,19	5.989.733,72	7.304.900,00	7.524.047,00	7.825.008,88	8.216.259,32
Financeiras Transferência de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Capital Amortização da	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida (XIV)	1.357.444,56	1.313.209,38	1.157.970,00	1.192.709,10	1.240.417,46	1.302.438,33
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)	1.974.139,19	5.989.733,72	7.304.900,00	7.524.047,00	7.825.008,88	8.216.259,32
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XVI)	0,00	0,00	402.000,00	414.060,00	430.622,40	452.153,52
RESERVA ORÇAMENTÁRIA (XVI -a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (OU DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS) (XVII) = (XII + XV + XVI)	91.262.140,43	109.616.855,80	118.283.050,31	121.831.541,82	126.704.803,50	133.040.043,67
DESPESA TOTAL	92.619.584,99	110.930.065,18	119.441.020,31	123.024.250,92	127.945.220,96	134.342.482,00
Resultado Primário (IX - XVII)	2.480.965,96	-3.494.742,97	35.570,00	36.637,10	38.102,57	40.007,70

Prefeitura Municipal de Morada Nova

ESTADO DO CEARÁ
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE RISCOS FISCAIS
 DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
 2016

AMF (LRF, art. 4º, §2º)

(R\$)

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Identificação dos Riscos	2016	Providência	2016
1 Demandas Judiciais	100.000,00		100.000,00
Demandas Trabalhistas	100.000,00	Cred. Adic. por: Anulação de Dotação	100.000,00
2 Dívidas em Processo de Reconhecimento	100.000,00		100.000,00
Decisões Judiciais	100.000,00	Cred. Adic. por: Anulação de Dotação	100.000,00
4 Assunção de Passivos	100.000,00		100.000,00
De Entes da Federação	100.000,00	Cred. Adic. por: Anulação de Dotação	100.000,00
5 Assistências Diversas	100.000,00		100.000,00
Outros	100.000,00	Cred. Adic. por: Anulação de Dotação	100.000,00
SUBTOTAL	400.000,00	SUBTOTAL	400.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Identificação dos Riscos	2016	Providência	2016
7 Frustração de Arrecadação	50.000,00	Limitação de empenho e anulação de Dotação de despesas	50.000,00
SUBTOTAL	50.000,00	SUBTOTAL	50.000,00
TOTAL	450.000,00	TOTAL	450.000,00

Morada Nova-CE, 08 de Abril de 2015

GLAUBER BARBOSA DE CASTRO
 Prefeito Municipal

ETCAM - ESCRITÓRIO TÉCNICO MUNICIPAL
 Contador

ALDA ANDRADE SILVA CHAGAS
 Secretária Adjunta